



Termo de Uso da Plataforma



TERMO DE USO DA PLATAFORMA JURISGAP BRASIL

(DO “ASSOCIADO”, do “CREDENCIADO”
e do AGENTE TÉCNICO INSTITUCIONAL)

Elaborado e Revisado em: 13/03/2023

1. Dos Aspectos Gerais

O Termo de Uso reúne informações que todos os USUÁRIOS da Plataforma precisam saber por questões de segurança e de facilidade para uma melhor navegação, bem como estabelece algumas “regras” com as quais todos concordam quando navegam e utilizam de suas funcionalidades.

Ele representa, ainda, uma proteção jurídica tanto para o USUÁRIO da Plataforma, como para a própria Plataforma, já que, quando bem-feitos, descrevem todas as ações permitidas dentro dela e dão direitos e deveres tanto para quem acessa como para a empresa.

Leia-o com atenção, para ficar ciente de todos os detalhes que envolvem o seu uso do sistema.

Se você não concorda ou tem dúvidas sobre qualquer dos itens, entre em contato conosco para esclarecimentos.

A JURISGAP BRASIL é uma empresa de tecnologia da informação, provedora, captadora, armazenadora e gerenciadora de conteúdos técnicos especializados, aplicados à GESTÃO GOVERNAMENTAL, especialmente, às áreas de CONTABILIDADE; FINANÇAS e DIREITO PÚBLICO, municipal.

É uma plataforma digital de informações que foi cuidadosamente pensada para disponibilizar aos seus usuários, um vasto portfólio de conteúdos técnicos e especializados, permitindo também a realização de pesquisas, de diversas jurisprudências próprias e publicadas por órgãos de controle interno e externo dos Governos, compiladas em um único local, otimizando assim o



tempo de pesquisa, servindo, especialmente para aqueles usuários que lidam, constantemente, com jurisprudências relacionadas ao setor público, disponível no site <https://www.jurisgapbrasil.com.br>.

Os serviços da **JurisGAP Brasil** são fornecidos pela pessoa jurídica de direito privado com a seguinte Razão Social: **JURISGAP BRASIL, PLATAFORMA DIGITAL DE JURISPRUDÊNCIAS E DE CONTEÚDOS TÉCNICOS, ESPECIALIZADOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL LTDA.** CNPJ sob o nº 47.532.847/0001-80 situada à Avenida Santos Dumont, nº 1883. Edifício: Aero Empresarial. Sala – 510. Centro. Lauro de Freitas – BA CEP. 42.702-400, simplesmente denominada “**JurisGAP Brasil**”.

2. Dos Termos-chaves

Ao longo deste documento, você terá contato com muitos conceitos. Por isso, elencamos abaixo as definições de cada um deles.

2.1 CONCEITO DE TERMO DE USO: são regras para utilização da plataforma. Nada mais é do que um contrato entre você (usuário) e a Plataforma JurisGAP Brasil.

Por ser um documento importante e que depende de sua concordância para que você tenha acesso amplo à plataforma, sua leitura prévia e frequente é essencial.

Como este documento pode ser eventualmente alterado, a data de sua última atualização ficará sempre disponível e você receberá um e-mail informando essa mudança;

2.2 CONCEITO DE USUÁRIO: é qualquer Pessoa Física que, através de uma entidade pública ou privada a qual está vinculada, tenha firmado um contrato com a Plataforma. Ele é toda pessoa física natural que acessa a Plataforma JURISGAP BRASIL, podendo assim, ter acesso a suas funcionalidades, desde que respeite os requisitos estabelecidos nesse termo, para uso.

Para firmar o contrato com a Plataforma o USUÁRIO deverá estar vinculado à alguma Pessoa Jurídica e esta, por sua vez é que firmará o referido termo contratual, dando assim poderes aos USUÁRIOS, que estão a ela vinculados, o direito de uso dos benefícios da referida Plataforma.

Ao aceitar as regras contratuais estabelecidas pela Plataforma nos seus: Termo de Uso e Política de Privacidade, o USUÁRIO assume em seu nome e em nome da Entidade de qual está vinculado, total responsabilidade pelos: conteúdos, escritas, interações nos Fóruns, download, publicações feitas nessa Plataforma, dentre outras participações.

O USUÁRIO deverá ser uma pessoa natural, dotada de identificação pessoal e maior de idade.

3. Cada pessoa natural cadastrada deve se identificar, unicamente utilizando:

- 3.1 O seu nome verdadeiro e completo, conforme consta no cadastro do seu CPF;
- 3.2 O USUÁRIO sempre deverá estar vinculado a uma entidade a qual firmará o contrato e/ou Termo de Cooperação Técnica, com a Plataforma;
- 3.3 O USUÁRIO deverá informar o seu melhor e-mail pessoal e/ou profissional. Não serão aceitos e-mails temporários, criados com finalidade específica de cadastro no site ou de uso não pessoal. Também não serão aceitos e-mails de domínios cuja propriedade não é identificável ou cujo site não existe ou utilizados unicamente para criar caixas de e-mail.
- 3.4 O endereço completo e atual, da entidade de qual está vinculada;
- 3.5 A senha utilizada é pessoal e intransferível;
- 3.6 Quaisquer atos da Pessoa Física adotado, este será em seu nome e em nome da Entidade de qual ele está vinculado;

3.7 Nas participações dos Fóruns não será permitido à adoção de termos que levem a: questões políticas; religião; futebol; dentre outros assuntos que não estejam relacionados com o módulo e/ou a área de qual ele está vinculado;

3.8 Não será permitida também a divulgação de propagandas, vídeos, arquivos, cursos, dentre outros assuntos que não estejam relacionados com o módulo e/ou a área de qual ele está vinculado, sem a sua devida autorização.

4. CONCEITO DE ASSOCIADO: é a pessoa jurídica que se obriga através dos termos deste contrato, para que seja permitido usufruir, pelas Pessoas Físicas a ela vinculados, dos conteúdos do Produto, mediante contraprestação.

4.1 Ao aceitar as regras contratuais estabelecidas pela Plataforma nos seus: Termo de Uso e Política de Privacidade, o **ASSOCIADO** assume em seu nome e em nome da Entidade de qual está vinculado, total responsabilidade pelas: suas escritas, interações nos Fóruns, *download*, feitos nessa Plataforma, dentre outras ações permissíveis e estabelecidas em contrato.

4.2 O ASSOCIADO terá o direito de usufruir da Plataforma, com os benefícios oferecidos por ela e estabelecidos, através de contrato, firmado com a Plataforma e a Entidade de qual está vinculada.

4.3 Ele não terá o direito de realizar **PUBLICAÇÕES TÉCNICAS**, nem de elaborar as chamadas **“ORIENTAÇÕES TÉCNICAS”**.

5. CONCEITO DE CREDENCIADO: é a Pessoa Jurídica de Direito Privado que atuam há mais de 05 (cinco) anos no setor governamental, a qual ficará responsável pela elaboração dos conteúdos, a serem inseridos na plataforma, de acordo a sua área de atuação e qualificação, mediante requisitos pré-estabelecidos em edital, divulgado periodicamente, podendo ter como benefícios, a liberação de licenças para utilização da plataforma, para alguns componentes de sua equipe de trabalho.

5.1 Ao aceitar as regras contratuais estabelecidas pela Plataforma nos seus: Termo de Uso e Política de Privacidade, o CREDENCIADO

assume em seu nome e em nome da Pessoa Jurídica de qual está vinculado, total responsabilidade pelos: suas escritas, interações nos Fóruns, *download*, publicações, redações e orientações feitas nessa Plataforma, dentre outras ações permissíveis e estabelecidas em contrato.

5.2 O CREDENCIADO terá o direito de usufruir da Plataforma, com os benefícios oferecidos por ela e estabelecidos, através de contrato, firmado com a Plataforma e a Pessoa Jurídica de qual está vinculada.

5.3 Ele terá direito também de fazer **PUBLICAÇÕES TÉCNICAS**, de forma parcial, desde que os conteúdos delas, sejam estritamente informativos e que agreguem valor instrutivo à comunidade do Setor Público Governamental, usuários da plataforma como um todo. Poderá também elaborar as chamadas “**ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**”.

5.4 Ao se cadastrar ele deverá se identificar, unicamente, utilizando:

5.4.1 A identificação da Entidade de qual ele está vinculado (Razão Social ou Nome Fantasia), conforme consta no cadastro do seu CNPJ;

5.4.2 O **USUÁRIO CREDENCIADO**, sempre, deverá estar vinculado a uma entidade a qual firmou o contrato e/ou Termo de Cooperação Técnica, com a Plataforma;

5.4.3 O **USUÁRIO** deverá informar o seu melhor e-mail pessoal e/ou profissional. Não serão aceitos e-mails temporários, criados com finalidade específica de cadastro no site ou de uso não pessoal. Também não serão aceitos e-mails de domínios cuja propriedade não é identificável ou cujo site não existe ou utilizados unicamente para criar caixas de e-mail.

5.4.4 O endereço completo e atual, da entidade de qual está vinculada;

5.4.5 Os **CREDENCIADOS** mais bem avaliados, por meio de requisitos, previamente estabelecidos em contrato,

poderão ter seus dados exibidos em espaços de destaque a critério da Plataforma **JurisGAP Brasil**.

- 6 **CONCEITO DE AGENTE TÉCNICO INSTITUCIONAL: Entidades Públicas de Controle, de Universidades Públicas (Federal e Estadual) e de Entidades sem fins lucrativos** que comprovem a sua atuação direta ou indiretamente no aprimoramento, controle, fiscalização e estímulo para a promoção de uma cultura de pesquisa de conteúdos técnicos e especializados de maneira mais eficiente e constante no universo da Gestão Governamental que se **HABILITOU** à Plataforma, mediante Termo de Cooperação Técnica e/ou Chamamento, via Edital.

6.1 Ao aceitar as regras contratuais estabelecidas pela Plataforma nos seus: Termo de Uso e Política de Privacidade, o **AGENTE TÉCNICO INSTITUCIONAL** assume em seu nome e em nome da entidade de qual está vinculado, total responsabilidade pelos: suas escritas, interações nos Fóruns, *download*, publicações, redações e orientações feitas nessa Plataforma, dentre outras ações permissíveis e estabelecidas em contrato.

6.2 O AGENTE TÉCNICO INSTITUCIONAL terá o direito de usufruir da Plataforma, com os benefícios oferecidos por ela e estabelecidos, através de Termo de Cooperação Técnica e/ou Chamamento, via Edital firmado com a Plataforma e o Órgão de Classe que disponibilizou a eles, o direito de uso.

6.3 Ele terá direito também de fazer **PUBLICAÇÕES TÉCNICAS** de forma parcial, da mesma forma que os **CRENCIADOS**.

Cada usuário cadastrado deve identificar-se unicamente utilizando:

6.3.1 O seu nome verdadeiro e completo, conforme consta no cadastro do seu CPF;

6.3.2 O **AGENTE TÉCNICO INSTITUCIONAL** sempre, deverá estar vinculado a uma entidade pública de Controle Externo (Federal ou Estadual) a qual firmará o Termo de Cooperação Técnica, com o Órgão de Classe e este último, com a Plataforma e em seguida, aceitará as condições do Edital a ser disponibilizado pela Plataforma.

6.3.3 O **AGENTE TÉCNICO INSTITUCIONAL** deverá informar o seu melhor e-mail pessoal e/ou profissional. Não serão aceitos e-mails temporários, criados com finalidade específica de cadastro no site ou de uso não pessoal. Também não serão aceitos e-mails de domínios cuja propriedade não é identificável ou cujo site não existe ou utilizados unicamente para criar caixas de e-mail.

6.3.4 O endereço completo e atual, da entidade de qual está vinculada;

6.3.5 Os **AGENTES TÉCNICOS INSTITUCIONAIS** mais bem avaliados, por meio de requisitos, previamente estabelecidos em contrato e/ou Termo de Cooperação Técnica e/ou Chamamento, via Edital poderão ter seus dados exibidos em espaços de destaque a critério da Plataforma JurisGAP Brasil.

6.3.6 Ele não terá o direito de elaborar as chamadas **“ORIENTAÇÕES TÉCNICAS”**.

7. CONCEITO DE USUÁRIO “ADMINISTRADOR”: É qualquer Pessoa Física que, através de uma entidade pública ou privada a qual está vinculada e tenha firmado um contrato com a Plataforma que estará habilitada para se relacionar com a Plataforma, para por exemplo, solicitar as chamadas Orientações Técnicas e/ou resolver quaisquer problemas, críticas e sugestões operacionais, em nome da entidade contratante.

7.1 Ao aceitar as regras contratuais estabelecidas pela Plataforma nos seus: Termo de Uso e Política de Privacidade, a entidade contratante deverá nomear um **USUÁRIO**, denominado **USUÁRIO “ADMINISTRADOR”** que ficará com a responsabilidade para interagir com a Plataforma, no sentido de resolver quaisquer problemas e/ou sugestões, requeridas pelos demais USUÁRIOS, desta entidade, ou seja, toda interação entre a plataforma e o contratante, deverá ficar concentrada neste **USUÁRIO**, denominado **USUÁRIO ADMINISTRADOR**.

8.0 Do Produto / Serviço e das Regras de utilização da Plataforma

8.1 O contratante poderá escolher 01 ou mais planos dentre todos os disponíveis, e fazer a assinatura mensal dos mesmos;

8.2 Cada plano assinado dará direito de até 10 (dez) licenças para acesso à plataforma.

Exemplo: Caso o cliente firme o contrato com a Plataforma para ter direito aos **CATEGORIAS** da “**ÁREA 01**”, que, inicialmente tem 05 (cinco) **CATEGORIAS**, esse respectivo cliente terá direito a 10 (dez) licenças.

8.3 Os Planos serão firmados, no primeiro momento, com as entidades do Governo (Administração Direta e Indireta) e as empresas com ou sem fins lucrativos, nos Modelos **B2GOV e B2B**, respectivamente.

8.4 O contratante poderá solicitar a assinatura de novas **ÁREAS** e de **CATEGORIAS** adicionais, no valor pré-definido na tabela de preços.

8.5 O contratante poderá solicitar novas licenças, a qualquer momento, pelo valor pré-definido na tabela de preços.

8.6 Para solicitação de novas licenças, deverão ser enviados os dados cadastrais do usuário, e realizado o pagamento complementar por “Área” e/ou “Licença” listadas na tabela de preços;

8.7 As licenças terão senhas individuais com 01 (um) acesso limitado, em apenas um dispositivo eletrônico por vez, sendo vedado o acesso ou utilização da conta em mais de um dispositivo, simultaneamente.

OBS.: A JurisGAP Brasil se reserva o direito de desconectar o usuário de sua conta se não observada a restrição descrita no item anterior. A reincidência da conduta poderá levar ao encerramento de sua conta e o bloqueio ao acesso e utilização do serviço.

8.8 Apenas a licença de “**ADMINISTRADOR**” é que terá direito de solicitar, via plataforma, a “**ORIENTAÇÃO TÉCNICA**”, de acordo com as regras estabelecidas;

8.9 O contratante terá direito a 01 (uma) **ORIENTAÇÃO TÉCNICA** anual por **CATEGORIA** contratado em seu plano assinado. (ex: plano **ÁREA I** possui 05 (cinco) **CATEGORIAS**), logo o contratante terá direito a solicitar 05 (cinco) “**ORIENTAÇÕES**”

TÉCNICAS”, ao longo do período de 12 (doze) meses, obedecendo às regras de carência e períodos pré-definidos como janelas para solicitação das **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**, estabelecidas em contrato de acordo com o plano contratado;

- 8.10 Ao contratar o serviço de assinatura de um plano disponível, o usuário terá um período de carência de 2 ou 3 meses, a depender do plano contratado, a partir da data de liberação das senhas de uso da plataforma, para realizar a 1ª consulta de Orientação Técnica;
- 8.11 A liberação das senhas de **USUÁRIOS** se dará com a assinatura e publicação do contrato, confirmados;
- 8.11 Nos casos em que o contratante não solicitar a **ORIENTAÇÃO TÉCNICA** dentro da janela de solicitação correspondente, o mesmo poderá realizar a solicitação dentro de uma janela posterior, desde quando não ultrapasse o período de vigência do contrato de 12 meses.
- 8.12 Encerrado o período de vigência do contrato, o associado perde o direito de solicitação das Orientações Técnicas não requeridas no tempo hábil, não sendo cumulativo em casos de renovação de contrato.
- 8.13 Não será permitida a antecipação da solicitação das **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS** antes do período de habilitação da janela correspondente conforme regras de cada plano contratado.
- 8.14 A regra de carência se aplica de acordo ao plano contratado, independente da quantidade de planos assinados.
- 8.15 O Contratante que adquirir pelo menos 1 plano de assinatura, poderá contratar, à sua escolha, categorias adicionais de acordo com a tabela de preços vigente.
- 8.16 A contratação de **CATEGORIA** adicional não dará direito a novas licenças e também não altera o limite máximo de **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS** disponíveis em seu plano principal contratado.
- 8.17 O Contratante poderá solicitar uma de suas Orientações Técnicas disponíveis do plano principal, para o tema relacionado à **CATEGORIA** adicional contratada, respeitando o período de carência de 3 meses, a partir da data da contratação da **CATEGORIA** adicional. Perdendo o direito de solicitação após findado o período de vigência do contrato principal.

8.19A contratação da categoria adicional será atrelada ao contrato principal que contempla um ou mais planos oferecidos pela plataforma.

8.20O Contratante que tiver um plano contratado, com ou sem **CATEGORIA** adicional, poderá contratar novos planos a qualquer momento, ficando este último, vinculado a um novo contrato com período de vigência e carências independentes do contrato inicial.

8.21O período de vigência de contratação da categoria adicional corresponderá ao mesmo período de vigência do contrato principal, independente do mês em que for contratado, ficando inabilitados para solicitação de **ORIENTAÇÃO TÉCNICA** para a **CATEGORIA** adicional, aqueles contratados após o 6º mês de vigência do contrato principal.

8.22O **USUÁRIO** é responsável, para todos os fins, pelas operações efetuadas em sua conta. Para proteger sua Conta, o usuário deve manter a senha em sigilo ou não se esquecer de realizar *logout*, após cada sessão.

8.22.1 A atividade realizada na Conta ou por seu intermédio é de responsabilidade do usuário. Não recomendamos que a senha da Conta seja reutilizada em aplicativos de terceiros. Caso tome conhecimento de uso não autorizado da sua senha ou Conta, o usuário deve notificar este portal para cancelamento imediato.

8.23A Plataforma utiliza cookies e outras tecnologias para melhorar a experiência do usuário, e pode capturar, armazenar e processar as informações pessoais do **USUÁRIO**;

8.24O **USUÁRIO** poderá utilizar o conteúdo desta plataforma exclusivamente para uso imediato em casos reais, defesa de notificações juntos aos órgãos de controle, casos concretos do seu cliente final, para fins profissionais no exercício da Gestão Governamental, para pesquisas e estudos técnicos especializados.

9 Das Condições de Pagamento

9.1 O contratante pagará uma assinatura mensal de acordo com a tabela de preços;

9.2O contrato assinado terá vigência de 12 meses;

- 9.3 Os contratos poderão ser renovados ao final do período de 12 meses sem perda dos benefícios contratados, exceto quanto às Orientações não solicitadas no período de vigência do contrato.
- 9.4 A renovação imediata do contrato para o 2º ano elimina a necessidade de carência para solicitação de orientações técnicas, permanecendo a obrigatoriedade de cumprir aos períodos das janelas de disponibilização para solicitação das Orientações Técnicas, de acordo com cada plano contratado.
- 9.5 A não renovação do contrato, no período exigido por lei, ou seja, antes do término da vigência contratual, fará com que o período de carência seja aplicado de acordo com as regras vigentes, haja vista da necessidade legal de uma nova formalização contratual, inicial;
- 9.6 O não pagamento, ou atraso da mensalidade poderá limitar o acesso à plataforma, ficando o contratante sem o acesso a alguns benefícios, inclusive à solicitação de Orientação Técnica;
- 9.7 A mensalidade da assinatura contemplará o valor equivalente ao somatório dos planos contratados por área mais as categorias e licenças contratadas de forma adicional;
- 9.8 A Nota Fiscal de pagamentos trará a discriminação de todos os planos contratados e respectivos valores, acrescidos de possíveis multas e juros devido a atrasos;
- 9.9 A cobrança do JurisGAP Brasil dar-se-á na forma de ciclos indivisíveis de 30 (trinta) dias a contar da data de contratação; o dia de vencimento será sempre o coincidente com o aniversário em ciclos de 30 (trinta) dias da contratação;

10 Do Aproveitamento do Serviço/Produto

- 10.1** A Plataforma será utilizada para acessos, consultas, cópias (COM CITAÇÃO DAS RESPECTIVAS FONTES) e downloads de qualquer conteúdo do site, seja de modo gratuito ou pago, devem ser feitos exclusivamente com o intuito de obtenção de

conhecimento, aprimoramento técnico e especializado de algum assunto específico.

10.2 Cada usuário possui um limite diário ou semanal de arquivos que podem ser baixados. Para garantir a segurança, estabilidade, desempenho e propósito de uso de nossos serviços, nós podemos limitar o número e a frequência com que cada usuário pode acessar ou baixar petições por hora, sem com isso prejudicar de modo algum o limite total diário contratado pelo usuário.

10.3 Ao acessar a Plataforma JurisGAP Brasil, as funcionalidades a que o USUÁRIO poderá ter acesso irão variar de acordo com o plano contratado. Para saber mais sobre esses planos, basta acessar www.jurisgapbrasil.com.br

11 Independentemente do plano contratado, o acesso possibilita as seguintes funcionalidades na Plataforma:

- Busca de conteúdos exclusivos
- Edição de perfil
- Histórico de acessos
- Menu de navegação
- Suporte técnico.

A seguir, há um detalhamento de todas as funcionalidades que serão fornecidas.

- Busca de conteúdos exclusivos
Recurso de busca usando filtros e campo para palavras-chave
- Edição de perfil
Recurso onde é possível alterar informações pessoais e relativas ao perfil do usuário, como sua senha.
- Histórico de acessos
Linha do tempo exibida em ordem cronológica com o histórico de acessos ao conteúdo dentro da plataforma.
- Menu de navegação
Lista de links diretos as demais páginas e conteúdo da plataforma.
- Suporte técnico.



Acesso ao sistema de suporte para abertura e acompanhamento do atendimento no formato de chamado técnico.

12 Das Disposições de Suporte ao Cliente;

12.1 Toda e qualquer dificuldade, impedimento, solicitação, sugestão ou reclamação será realizado única e exclusivamente pela Internet, através do canal de **COMUNICAÇÃO** da plataforma, através do e-mail **suporte@jurisgapbrasil.com.br**, ou pela ferramenta *on line* "SUPORTE", ícone localizado na parte inferior esquerda da própria Plataforma;

12.2 Os esclarecimentos feitos pelo **SUPORTE** serão apresentados nos mesmos canais de comunicação de onde o **USUÁRIO** solicitou suas demandas.

13 Das Garantias de Uso

13.1A Plataforma não se responsabiliza pelos conteúdos que são constantemente disponibilizados por ela, bem como pelas funcionalidades específicas do serviço, ou pela confiabilidade, disponibilidade ou capacidade de atender suas necessidades. Fornecemos os serviços "na forma em que estão, visando melhor satisfazer os interesses pessoais e profissionais de quem às utiliza, não dando a eles, a garantia de suprir plenamente, as necessidades dos seus usuários;

13.2A Plataforma e seus **CRENCIADOS** não serão responsáveis por perda de lucros, perda de receita, perda de dados, perdas

financeiras ou danos indiretos, especiais, consequenciais, exemplares ou punitivos que os seus **ASSOCIADOS** possam ter em não obterem êxito com os conteúdos utilizados por eles em alguma defesa técnica, juntos aos diversos órgãos de controle externo;

13.3 Os modelos disponibilizados no portal servem apenas como sugestão para o conteúdo a ser elaborado pelo profissional habilitado, respeitadas suas peculiaridades. A legislação, jurisprudência e doutrina citadas nessa base são usadas apenas a título de exemplo, sendo de total responsabilidade de quem as utiliza.

14 Das Limitações / Vedações de Responsabilidade.

14.1 O “**ASSOCIADO**” deverá declarar e garantir, expressamente, para todos os fins de direito, que possui capacidade jurídica para celebrar este Contrato e reconhecer que analisou e aceitou as condições de uso;

14.2 As partes obrigam-se a cumprir o disposto neste instrumento, por si ou por seus herdeiros ou sucessores legais, sem que isso faça existir qualquer solidariedade ou corresponsabilidade de uma com outra em função do ora pactuado;

14.3 Caso qualquer um dos itens presentes nestes termos não seja cumprido por um indivíduo, empresa, dispositivo, e-mail, domínio ou IP, é reservado, à Plataforma o direito de cancelamento imediato, compulsório e sem aviso prévio da prestação de serviços, seja de natureza paga ou gratuita, assim como o bloqueio do acesso partindo do indivíduo, empresa, dispositivo, domínio, e-mail, IP ou qualquer outra origem direta ou

indiretamente ligada ao Usuário, de forma temporária ou permanente;

14.4 É de responsabilidade do usuário, cumprir todas as cláusulas acordadas nestes termos para evitar cancelamento ou bloqueio do serviço;

14.5 A Plataforma não será responsabilizada por nenhum prejuízo que eventualmente ocorra em decorrência de alteração, suspensão ou descontinuação temporária de qualquer dos seus serviços;

14.6 É vedado o uso da plataforma para criação de bancos de conteúdos paralelos, sejam eles privados, compartilhados, públicos, pagos ou gratuitos. Todos os serviços e conteúdos devem ser utilizados exclusivamente para prática direta e imediata de aprimoramento técnico, especializado na atividade profissional, acadêmica e pessoal do usuário

14.7 É vedada a utilização da plataforma para baixar, armazenar, revender, divulgar, distribuir ou publicar mesmo que gratuitamente o conteúdo desta plataforma para fins não diretamente ligados ao uso imediato em casos reais, defesa de notificações junto aos órgãos de controle, casos concretos do seu cliente final, para fins profissionais no exercício da Gestão Governamental, para pesquisas e estudos técnicos especializados;

14.8 Todo e qualquer acesso aos conteúdos desta plataforma deve ser feito exclusivamente por pessoas reais, seja de modo gratuito ou pago.

14.9 É vedado o acesso aos conteúdos por robôs ou qualquer outro método automatizado ou semiautomatizado.

14.10 É vedado o acesso à plataforma através de VPNs anônimas ou de origens não condizentes com atividade humana (ex: data-centers, etc.).

Apenas um cadastro é permitido por pessoa natural ou entidade, devendo esse cadastro obrigatoriamente ser feito, pago, acessado e administrado pela própria pessoa ou responsável legal pela entidade. Uma pessoa não pode possuir um cadastro como pessoa física e outro como pessoa jurídica, mesmo que ela seja a responsável legal por tal entidade.

14.11 Qualquer atividade realizada não condizente com tais premissas poderá ser bloqueada e o usuário banido do sistema.

14.12 É VEDADO ao USUÁRIO, enviar ou transmitir arquivos que contenham qualquer vírus, *Worms*, *malware* ou outros programas de computador que possam causar danos à **JurisGAP Brasil** ou a outros USUÁRIOS

14.13 O USUÁRIO não poderá utilizar a expressão “**JURISGAP BRASIL**” como marca, nome empresarial ou nome de domínio, uma vez que são de propriedade da **JURISGAP BRASIL, PLATAFORMA DIGITAL DE JURISPRUDÊNCIAS E DE CONTEÚDOS TÉCNICOS, ESPECIALIZADOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL LTDA** e estão protegidos por leis e tratados internacionais.

14.14 Do mesmo modo, o **USUÁRIO** também não poderá utilizar os conteúdos da Plataforma como se fosse de sua autoria. Caso você deseje utilizar algum conteúdo eles deverão ser CITADOS corretamente, respeitando as fontes de informação. Para maiores informações, favor acessar a “aba” **COMO FAZER CITAÇÕES**, na Plataforma **JurisGAP Brasil**.

14.15 Todo conteúdo, seja ele veiculado publicamente ou transmitido privativamente, é de exclusiva responsabilidade da pessoa que originou ou publicou tal conteúdo;

14.16 A **JurisGAP Brasil** não endossa quaisquer opiniões expressadas por meio do serviço. O usuário entende que, ao utilizar o serviço, poderá ser exposto a um conteúdo que julgue como ofensivo, prejudicial, impreciso ou inapropriado. Sob nenhuma circunstância, a **JurisGAP Brasil** será responsabilizada por qualquer conteúdo desse tipo ou por qualquer perda ou dano de tipos incorridos como resultado do uso de qualquer conteúdo disponibilizado por meio dos serviços.

14.17 O usuário é responsável pela utilização do serviço, por qualquer conteúdo fornecido e por todas as consequências oriundas da sua utilização, incluindo o uso do seu conteúdo por outros usuários e terceiros.

14.18 A Plataforma não se responsabiliza: (I) pela disponibilidade ou exatidão de modelos ou recursos esperados pelo usuário, e; (II) pelo conteúdo, produtos ou serviços contidos ou disponibilizados em tais sites ou recursos, que não tenha sido produzido e publicado por ela própria;

14.19A Plataforma não realiza a conferência dos dados ou conteúdo inseridos pelo USUÁRIO, cabe ao próprio **USUÁRIO** a verificação sobre a regularidade dessas informações junto aos órgãos competentes, bem como a outras fontes que puderem servir como meio de atestar a veracidade e direitos autorais das mesmas.

14.20 Alguns dos serviços estão disponíveis em dispositivos móveis. O usuário não deve utilizar tais Serviços de forma que o distraia ou o impeça de cumprir leis de trânsito ou de segurança;

14.21 Na hipótese de reclamação ou ação administrativa/judicial em face de qualquer um dos **USUÁRIOS** da Plataforma, a **JurisGAP Brasil** é parte totalmente ilegítima para responder/figurar no polo passivo, devendo ser eximido de toda responsabilidade, sendo o mesmo aplicado a seus funcionários, agentes, representantes e procuradores.

15 Da Propriedade Intelectual produzida dentro do ambiente da plataforma.

15.1 Pertencem à JurisGAP Brasil os direitos de uso e propriedade de seu material, não sendo permitida sua reprodução, transmissão e distribuição, para fins comerciais, sujeitando o infrator às medidas judiciais cabíveis, sem prejuízo de demais indenizações

15.2 O contrato firmado com o **CRENCIADO**, não estabelece qualquer vínculo entre as partes, especialmente em relação ao conteúdo editorial das publicações feitas por ele, na Plataforma e que, eventualmente, elas poderão ainda ser inseridas nos Boletins e Revistas Técnicas da **JURISGAP BRASIL**;



15.3O uso de nossos Serviços não lhe confere a propriedade sobre direitos de propriedade intelectual sobre os nossos Serviços ou sobre o conteúdo que você acessar.

Estes termos não conferem a você (**USUÁRIO**) o direito de usar quaisquer marcas, conteúdo ou logotipos utilizados em nossos Serviços.

Ao enviar, publicar ou exibir qualquer conteúdo através da plataforma (artigos, perguntas e respostas, modelos e peças, etc.), o usuário concede ao **JurisGAP Brasil** uma licença mundial, não exclusiva, isenta de royalties (com o direito de sublicenciar) para usar, copiar, reproduzir, processar, adaptar, modificar, publicar, transmitir, exibir e distribuir tal conteúdo em todos e quaisquer meios ou métodos de distribuição (agora conhecidos ou posteriormente desenvolvidos).

Podemos revisar conteúdo para determinar se é ilegal ou se infringe nossas políticas, e podemos remover ou nos recusar a exibir conteúdos que razoavelmente acreditamos violar nossas políticas ou a lei.

Mas isso não significa, necessariamente, que revisaremos todos os conteúdos, portanto, por favor, não presuma que o faremos, não recaindo qualquer responsabilidade sobre o portal dos conteúdos compartilhados, pelos usuários habilitados para isso.

A Plataforma **JurisGAP Brasil** poderá reservar, nas páginas dos conteúdos veiculados, espaços para anúncios publicitários, dos seus **USUÁRIOS** interessados, nesse serviço.

16. Das Modificações e Limitações do Serviço/Produto;

16.1A Plataforma não garante o funcionamento do sistema 24 horas por dia, em virtude de eventuais quedas de energia e problemas semelhantes, comprometendo-se, no entanto, a envidar os melhores esforços no sentido de tomar todas as medidas necessárias para contatar as empresas prestadoras de serviço a fim de minimizar os transtornos;

16.2As cláusulas ou itens descritos no presente instrumento poderão sofrer alterações, unilateralmente e a qualquer tempo, por parte do JurisGAP Brasil, para adequar ou modificar os serviços, bem como para atender novas exigências legais.

16.3As alterações poderão ser veiculadas pelo site jurisgapbrasil.com.br, tendo também, no início do Termo, a última data de sua atualização. O usuário também, sempre poderá optar por aceitar o novo conteúdo ou por cancelar o uso dos serviços ora descritos, caso seja assinante de algum serviço;

16.4A Plataforma poderá alterar o presente termo a qualquer tempo, sem a necessidade de aviso prévio.

A JurisGAP Brasil também se reserva o direito de reajustar unilateralmente os valores dos pacotes ou planos sem consulta ou anuência prévia do usuário.

Os serviços da **JurisGAP Brasil** estão submetidos a constantes atualizações e aprimoramentos com a finalidade de adicionar novas funcionalidades ou corrigir eventuais falhas, podendo, portanto, em alguns momentos, sofrer instabilidades técnicas.



A Plataforma **JurisGAP Brasil** poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, modificar a configuração de seu sistema, bem como alterar os regulamentos e serviços disponibilizados para os seus usuários.

17. Da Indenização / Penalidades

17.1 Em caso de conhecimento de falsidade ou da má-fé empregadas pelo USUÁRIO, a Plataforma se reserva ao direito de encerrar a assinatura, podendo impedir seu posterior regresso aos serviços oferecidos, sem direito a qualquer tipo de compensação. A rescisão será previamente comunicada ao USUÁRIO;

17.2 Caso ocorra uma rescisão contratual e esta, tenha sido proveniente de descumprimento ou violação por parte do usuário à disposições do presente termo, bem como proveniente de descumprimento ou violação à legislação aplicável, não caberá reembolso de valores já pagos. Nesta hipótese, o **JurisGAP Brasil** também se reserva o direito de recusar ou restringir ao usuário todo e qualquer uso atual ou futuro dos produtos e serviços do **JurisGAP Brasil**;

17.3 O **JurisGAP Brasil** poderá, a seu critério, advertir, suspender ou cancelar a assinatura; ou banir o usuário da plataforma, a qualquer tempo, de forma temporária ou definitiva, sem direito a ressarcimento, se o mesmo desrespeitar a política e os princípios que norteiam o uso adequado e harmônico da plataforma.

17.4 São condutas passíveis de penalidades (rol exemplificativo):

- a. Enviar mensagens automatizadas, de qualquer natureza (bulk messages);

- b. Fazer propaganda ou publicidade de serviços de terceiros, não autorizado expressamente, pela JurisGAP Brasil;
- c. Desrespeitar/ofender os usuários quando do uso de alguma das ferramentas do JurisGAP Brasil;
- d. Burlar o sistema de avaliação;
- e. Fazer campanhas Políticas de forma indevida e permanente de quaisquer que seja o candidato;
- f. Publicar conteúdos ofensivos, difamatório, discriminatório, abusivo, pornográfico, obsceno, injurioso, vexatório, enganoso, calunioso, violento, vulgar, de propaganda não solicitada, de assédio, ameaça etc;
- g. Publicar informações privadas de outras pessoas ou pessoalmente identificáveis sem sua expressa autorização e permissão.

17.5 Se, por acaso, o assinante for banido, poderá, a depender do caso, ser reintegrado à plataforma. Nesse caso, o usuário passará por um período de avaliação para concluir se está apto ou não a retornar à plataforma.

18. Da Legislação e Jurisdição aplicáveis.

18.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca de Lauro de Freitas, BA, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Uso dessa Plataforma, que será regido pelas leis brasileiras;

19. Das Disposições Finais

19.1 Em relação a promoção de outros serviços adicionais de propagandas, anúncios de serviços, mensagens administrativas e outras informações, periodicamente, a Plataforma poderá enviar ao USUÁRIO, algumas notificações comunicativas.



19.2 Caso não queira, o **USUÁRIO** poderá desativar estas comunicações a qualquer momento.

Este Acordo é regido pelas leis da República Federativa do Brasil e atende ao sistema legal brasileiro, aos princípios gerais de direito e às normas internacionais de comércio eletrônico.

AO SE CADASTRAR NA PLATAFORMA O USUÁRIO DECLARA TER LIDO E COMPREENDIDO OS TERMOS E DISPOSIÇÕES DESTE ACORDO DE UTILIZAÇÃO E QUE ESTÁ CIENTE DE SEU INTEIRO TEOR, ACEITANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES.

() **DECLARO TER LIDO E COMPREENDIDO OS TERMOS E DISPOSIÇÕES DESTE ACORDO DE UTILIZAÇÃO**

() **DECLARO ESTAR CIENTE DE SEU INTEIRO TEOR, ACEITANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES.**

Lauro de Freitas, ___ de ____ de 202__

JURISGAP BRASIL, PLATAFORMA DIGITAL DE JURISPRUDÊNCIAS E DE CONTEÚDOS TÉCNICOS, ESPECIALIZADOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL LTDA